

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: UM
RESGATE HISTÓRICO E CONCEITUAL**

**PRECARIZATION OF WORK IN CAPITALIST SOCIETY: A HISTORICAL AND
CONCEPTUAL RECAPTURE**

Claudia Vanderleia Gireli Vieira¹
Rosilaine Coradini Guilherme²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir acerca da categoria trabalho na sociedade capitalista, visando explicitar as suas dimensões contraditórias. O texto foi elaborado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Pampa, em 2017. Parte-se do seguinte questionamento: Como se configura o processo de precarização do trabalho na sociedade contemporânea? A fim de atender o objetivo proposto o estudo foi fundamentado na teoria social crítica de vertente Marxiana, mediante levantamento bibliográfico. Nesta perspectiva, pretende-se contribuir com subsídios que fortaleçam os debates sobre essa temática e com os processos de resistências da classe trabalhadora. Entende-se que a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista instauram-se processos que buscam a regularizar a dinâmica produtiva do capital, os quais implicam em incrementar a produção material por meio de modelos de gestão do trabalho que atenda a expansão do capital. Logo, para aprofundar tais temáticas o estudo abordará: a) o trabalho e seu significado histórico-ontológico; b) o contexto histórico que envolve o trabalho escravo ao trabalho livre assalariado; c) a transição do fordismo/taylorismo para Acumulação Flexível/Toyotismo e os processos de precarização do trabalho. Ao final do estudo evidenciaram-se as múltiplas contradições que eclodiram sob a lógica do mercado, o que causa sérios reatamentos no mundo do trabalho. Resulta-se daí a precarização do trabalho materializada na exploração da força de trabalho, expropriação da mais-valia, reproduzindo as relações sociais do modo de produção capitalista a fim de atender a lógica do mercado.

Palavras-chave: Trabalho; Precarização do Trabalho; Capitalismo.

Abstract: This article aims to reflect on the category of work in capitalist society, aiming to explain its contradictory dimensions. The text was prepared based on the Conclusion Work of the graduation course in Social Work, at the Federal University of Pampa, in 2017. It starts with the following question: How is the process of precarious work configured in contemporary society? In order to meet the proposed objective, the study was based on the critical social theory of Marxian strand, through bibliographic survey. In this perspective, it is intended to contribute with subsidies that strengthen the debates on this theme and with the resistance processes of the working class. It is understood that, from the development of the capitalist mode of production, processes that seek to regularize the productive dynamics of capital are established, which imply in increasing material production by means of labor management models that meet the expansion of capital. Therefore, in order to deepen these themes, the study will address: a) work and its historical-ontological meaning; b) the historical context that involves slave labor to free wage labor; c) the transition from Fordism/Taylorism to Flexible Accumulation/Toyotism and the work precarization processes. At the end of the study, the multiple

¹Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS. Cursa Especialização em Políticas de Atenção à Crianças e Adolescentes em Situação de Violência pela Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS. Pesquisa sobre Trabalho, Serviço Social, Mulheres e Crianças e Adolescentes. E-mail: cvgireli@gmail.com

²Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUC-RS. Mestre em Política Social pela UCPel. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja-RS. Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina. E-mail: rosilaineguilherme@unipampa.edu.br

contradictions that emerged under the logic of the market were evidenced, which causes serious repercussions in the world of work. This results in the precarization of labor materialized in the exploitation of the labor force, expropriation of surplus value, reproducing the social relations of the capitalist mode of production in order to meet the logic of the market.

Keywords: Work; Precarious Work; Capitalism.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo refletir acerca da categoria trabalho na sociedade capitalista, visando explicitar as suas dimensões contraditórias e, com isso, contribuir para o fortalecimento de processos de resistências da classe trabalhadora, tendo como referência a teoria crítica de vertente marxiana. A partir disso, versará a conceituação da categoria trabalho a modo de especificar a configuração e relação para com a vida do ser social. Logo, pretende-se explicitar como ela incide na sociedade capitalista.

Para aprofundar tais temáticas o estudo abordará: a) o trabalho e seu significado histórico-ontológico, buscando evidenciar suas dimensões, suas múltiplas formas histórico-sociais, perante a evolução de homem e sociedade; b) o contexto histórico que envolve o trabalho escravo ao trabalho livre assalariado, com as incidências do modo de produção capitalista e sua relação com o trabalho alienado; c) a transição do fordismo/taylorismo para Acumulação Flexível/Toyotismo, enfatizando os processos de precarização do trabalho na contemporaneidade.

A proposta desta análise pressupõe aprofundar aspectos relevantes a respeito da configuração do modo de produção capitalista, considerando que o mesmo atinge a classe que vive do trabalho. De modo geral o intuito é problematizar a categoria trabalho, a fim de apreender seu sentido na vida do homem e como ela se estrutura diante da evolução humana e a natureza.

O TRABALHO E SEU SIGNIFICADO HISTÓRICO-ONTOLÓGICO

Parte-se do pressuposto de que o homem se desenvolve enquanto “ser” via a atividade do trabalho. No contexto histórico primitivo essa atividade baseava-se pela caça, pesca e coleta de alimentos, entre outros. Essa atividade era vista como predatória neste período. O homem criava suas próprias ferramentas, extraídas da matéria prima da natureza. Para tanto, pressupõe-se que ele dominava os meios de trabalho objetivando ações e criando suas próprias técnicas e habilidades para a fabricação de utensílios.

Este processo expressou a socialização e a cooperação social e o trabalho passa a estruturar as atividades da vida humana, no sentido de mudar as formas da matéria, contemplando objetivações para satisfazer as necessidades vitais. Diante disso, o homem se constitui por meio do seu trabalho, diferenciando-se de outras espécies de animais (chipanzés, gorilas) por “conseguir evoluir e desenvolver a cultura e linguagem através do trabalho” (ALVES, 2007, p. 72). Percebe-se que o trabalho deixa de ser simplesmente uma atividade instrumental e transformou-se num meio de socialização ocorrendo, assim, o desenvolvimento das forças produtivas.

Ao se abstrair do cerco imediato da Natureza, o homem conseguiu projetar seu devir humano-genérico, constituindo formas de virtualização de si e do mundo social. Não apenas projetou novas ferramentas de trabalho e de intervenção prática social na Natureza, mas elaborou formas complexas de consciência do mundo e de si próprio (ALVES, 2007, p. 72).

O autor em referência menciona que a evolução humana dá um salto ontológico a partir do trabalho e isso ocorre mediante as atividades, o ser humano se realiza, transformando a natureza em formas materiais para sobreviver. Objetivando essas ações passa a desenvolver-se, criando uma nova identidade: o ser social. Nessa perspectiva de análise, o ser social origina-se por meio da atividade do trabalho humano e torna-se produto da própria atividade de trabalho.

O ser humano insere-se, dominando a natureza, modificando-a, utilizando sua forma material em outros objetos para um determinado fim. Considerando Iamamoto (2015, p. 60) “o trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens”. Em outras palavras:

O trabalho é, pois, o selo distintivo da atividade humana. Primeiro, porque o homem é o único ser que, ao realizar o trabalho, é capaz de projetar, antecipadamente, na sua mente o resultado a ser obtido. Em outros termos, no trabalho tem-se uma antecipação e projeção de resultados, isto é dispõe de uma dimensão teleológica (IAMAMOTO, 2015, p. 60).

Dessa forma, é através do trabalho que o ser humano produz seus próprios meios e fins para sobreviver, tanto material como intelectual. Por meio da prévia-ideação³ presupõe um

³ Somente o homem é capaz de pensar uma ideia e projetá-la na consciência pressupondo os resultados antes de executá-la. Assim, com o desenvolvimento dessas atividades, ocorre o processo de mediação, distinto em três intercâmbios da natureza, como: a consciência, a técnica e a sociabilidade (IAMAMOTO, 2015).

resultado a ser alcançado, entendido como teleologia. Desse modo, o trabalho humano pode ser considerado uma atividade social intrínseca a sua própria condição humana. Para Alves (2007), o primeiro intercâmbio da natureza – a consciência – mantém sua base na racionalidade, ou seja, o homem objetiva suas ações, projetando inicialmente à ideia na consciência e logo se utiliza da comunicação para com os outros homens. O segundo intercâmbio envolve a técnica, na produção de objetos para o trabalho, utilizando habilidades para gerar os meios de produção da vida social.

Isso ocorre por meio das intervenções do homem, criando sua própria ciência, o mundo social e cultural, buscando suprir suas necessidades. Além disso, é neste intercâmbio que se desenvolve a tecnologia, registrando mais um diferencial do homem. Com a aprimoração da técnica o homem passará a atender os interesses do capital, esse aspecto será abordado na sequência desse estudo. Conforme o autor acima citado, o terceiro intercâmbio ilustra o interativo-social ou à sociabilidade, relaciona-se com a consciência e técnica. Neste intercâmbio gerou-se um complexo, determinando as relações sociais entre os homens, inaugura-se assim, a cooperação social. Todavia nasceram as imposições sobre a evolução da vida humana, surgindo diversas formas sócio-históricas.

Para tanto, a imposição será determinada pelas relações de propriedade social e pelo fator de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Nesse caso, fica aquém da criação da agricultura onde o ser humano se torna produtor social, surgindo as primeiras civilizações. Afirma o autor que “[...] antes do modo de produção capitalista, temos que falar de formas societais do trabalho (no plural), pois múltiplas eram as atividades prático-instrumentais de luta pela existência do homem” (ALVES, 2007, p. 76).

Como enfatiza o autor em referência, na atividade de trabalho primitivo o homem dominava os meios de trabalho, assim como objetivava suas ações criando suas próprias técnicas e habilidades para a fabricação de utensílios. O que diverge do atual modo de produção capitalista, que integra toda força de trabalho através de seu metabolismo sistêmico, impondo a produção e a reprodução social. Como diz Alves (2007, p.76) “é apenas com o capitalismo que tenderá a se constituir o mundo do trabalho propriamente dito (no singular), isto é, a forma social do trabalho sob a vigência do trabalho abstrato”. E acrescenta, destacando o processo ao modo de produção, ou seja,

[...] a expulsão de pequenos produtores de suas terras ou a proletarização de pequenos artesãos, ocorridos na Europa Ocidental por volta do século XVI em

diante, marcou a gênese da civilização do capital. O processo histórico que deu origem ao modo de produção capitalista por meio da expropriação e espoliação, processos de natureza extra-econômica, foi denominado por Marx de acumulação primitiva (ALVES, 2007, p.76).

De fato, o trabalho passa ser visto como uma forma estranhada, ou seja, o trabalho social passa a ser negado como forma de humanização e hominização. Salienta-se esse pressuposto como a contradição imposta pelo capital, pois toda forma de trabalho passa a ter um modo de cooperação social, no qual surge a apropriação da riqueza socialmente produzida sobre a atividade de trabalho. O trabalho abstrato, deriva do único meio de atividade para o homem sobreviver. Esta forma de trabalho faz com que ser humano não se reconheça no processo sistêmico de acumulação de valor, onde ocorre a apropriação da riqueza socialmente produzida. Por outro lado, nota-se que o ser humano de certa forma não excluiu a dimensão de intercâmbio com a natureza.

Em síntese, a breve reflexão desenvolvida na presente seção deste estudo apresenta a relevância das dimensões da categoria trabalho para o desenvolvimento da espécie humana e do mundo do trabalho social, pois na sua primeira forma o trabalho humano surge diante do meio primitivo e se configura na medida em que o ser humano necessita criar seus próprios meio de trabalho para sobreviver. A fim de aprofundar as reflexões discorridas, na próxima seção será abordado o contexto histórico que envolve o trabalho escravo ao trabalho livre assalariado, com as incidências do modo de produção capitalista e sua relação com o trabalho alienado.

O CONTEXTO HISTÓRICO QUE ENVOLVE O TRABALHO ESCRAVO AO TRABALHO LIVRE ASSALARIADO

As formas societais do trabalho podem ser evidenciadas conforme peculiaridades e as decorrências em cada determinação sócio-histórica, devido influências das relações de poder e desenvolvimento das forças produtivas. Para discorrer sobre o trabalho escravo ao trabalho livre e assalariado, entende-se necessário retomar alguns aspectos a respeito do trabalho na sociedade primitiva. Como diz Alves (2007), a espécie humana era uma espécie de animal social que produzia seus próprios utensílios. Assim, a partir da atividade artesanal⁴ o homem

⁴ “Os elementos fundamentais (e fundantes) da atividade artesanal são o trabalho vivo (força de trabalho), meio de trabalho (técnica/ferramenta) e o objeto da natureza (matéria-prima). Eles é que constituirão a categoria de processo de trabalho. O desenvolvimento dos meios de trabalho e das técnicas sociais irão alterar a forma de ser

dominava o processo do trabalho que se constituem sobre um conjunto de elementos. Daí decorre o surgimento da categoria trabalho, no qual com o desenvolvimento dos meios de trabalho e das técnicas fragmenta-se a forma do trabalho artesanal.

Na análise do autor mencionado a atividade artesanal sobrevive até hoje, sendo que mesmo não estando aparente na relação com o capital trouxe mudanças no âmbito do trabalho. Isso ocorre meio ao surgimento do mercado e da troca nas sociedades antigas, quando de fato ocorreram as relações sociais entre grupos humanos. Todavia, a produção de mercadorias não estava em voga na Antiguidade, mas já ocupava um espaço relativo. Além disso, a forma de mercadoria e do dinheiro avança detonando a sociedade tradicional, propagando-se o desenvolvimento estranhado no mundo do trabalho e das relações sociais.

Nesse sentido, este estranhamento confundia-se com períodos de crises da Antiguidade, meio a esse processo surgem às civilizações. Diz Alves (2007) que o trabalho escravo seguiu o percurso desse processo, assim como seu surgimento foi complexo, tanto que se deram imersos de guerras tribais junto à aparição da divisão hierárquica de trabalho, a propriedade privada, o Estado político e as classes sociais. De fato, aqui já se identifica que há duas modalidades de classe: os exploradores e os explorados. Esse fator determinou a potência hierárquica da classe dominante que assola até hoje a classe trabalhadora.

Diante desta análise, cabe exemplificar uma passagem que o autor refere-se a esse trabalho, ou seja, “era trabalho estranhado, mas poderia considerá-lo exceção no Mundo Antigo. Apesar das sociedades antigas alicercearem-se no trabalho escravo, ele não se integrava na forma societal” (ALVES, 2007, p.79). Entende-se que é sobre esse contexto que se origina uma sociedade estranhada e repercute-se meio a Antiguidade, propagando o trabalho escravo. Essa modalidade de trabalho imprime a legitimação de poder social e política detentora da classe dominante. Outro fator relevante, deste estranhamento surge devido ao metabolismo social primitivo.

Constata-se ainda, tendo como base o referido autor, que o domínio de recursos naturais era limitado, pois esse trabalho pode ser considerado apropriação de meios de trabalho, ou seja, poder vinculado a grupos particulares que utilizavam de força bruta para extrair a força de trabalho. O escravo⁵ era visto como uma propriedade privada, e poderia ser

do trabalho artesanal, que sobrevive até hoje. É claro que, ao estar imerso na relação-capital, o trabalho artesanal tende a assumir outro conteúdo histórico-social” (ALVES, 2007, p. 78).

⁵ “Na verdade, o trabalhador escravo, ao contrário do trabalhador assalariado, por exemplo, era um pária, não constituindo mercado consumidor ou classe social propriamente dita. Os homens escravos estavam imersos na

entendido como um trabalho estranhado. Diante disso, os escravos eram considerados um pária, por não serem considerados cidadãos, portanto, não possuíam direitos. O escravo era considerado apenas uma mercadoria, não poderia comprar ou vender mercadorias, até poderiam comprar, mas somente sob a intervenção do sistema jurídico. O escravo não participava da vida social.

Outro aspecto que difere do trabalhador escravo do trabalhador assalariado: esse último surge com a instituição da sociabilidade capitalista mediante a constituição de um livre mercado de trabalho, no qual se insere ao mercado vigente. Assim, o trabalho escravo, no mundo moderno passa configurar-se como trabalho proletário, cujas atividades de trabalho são praticadas pelo trabalhador livre. Imerso no trabalho abstrato e nas relações sociais estranhadas. Nesse contexto, meio ao sócio-metabolismo estranhado ocorre à assunção da sociedade burguesa, é a partir desse aspecto que ela assume outras dimensões. Esse processo implica em determinar a divisão de classes inscrita na sua divisão hierárquica do trabalho, ou seja, ela se conserva e expande as determinações das sociedades de classes.

É só com a sociedade burguesa que o sócio-metabolismo estranhado irá assumir sua dimensão real. Além de preservar (e ampliar) as determinações das sociedades de classe com sua divisão hierárquica do trabalho, e do estado político com seu poder social estranhado, categorias sociais vigentes nas sociedades antigas, a sociedade burguesa irá abolir, através do trabalho capitalista (ou trabalho assalariado), o controle do trabalho vivo do artesão ou mesmo do camponês tinham sobre o processo de trabalho (ALVES, 2007, p. 80).

Conforme o autor, no feudalismo o servo gleba dominava o processo de trabalho, mesmo que não fosse o dono das terras. Isso ocorria pela experiência de dominar os meios de trabalho, habilidades, como também nas horas livres. A partir disso, o domínio do processo de trabalho perdeu-se após ocorrer o desenvolvimento do modo de produção capitalista, pois o capitalista-comerciante apropriou-se dos elementos compositivos do processo de trabalho. Isso configurou a transição do feudalismo para o capitalismo, pois o servo da gleba perde os elementos da força de trabalho como: a matéria-prima, os meios de trabalho e o trabalho vivo.

Enfim, o desenvolvimento do processo de produção capitalista é como observou Marx, o processo de alienação do homem dos elementos do processo de trabalho, alienação dos objetos de trabalho (matéria-prima), meios de trabalho (ferramentas) e

negação total de si próprio, inclusive como força de trabalho, trabalho vivo, tendo em vista que eram, em si, tão-somente mercadorias” (ALVES, 2007, p. 79).

inclusive do próprio trabalho vivo (o artífice e suas habilidades cognitivas). É o que observamos no Ocidente, desde o século XV e que prossegue até os dias de hoje, como sendo um processo de largo espectro histórico (ALVES, 2007, p. 81).

Apreende-se que, a partir do século XV, perde-se o objeto de trabalho do mestre-artesão, pois era o comerciante que proporcionava a matéria-prima para o trabalhador produzir. Percebe-se que esse processo desenvolve-se de maneira contínua, percorrendo diversos períodos sócio-históricos iniciando, assim, um novo processo meio a esse desenvolvimento, perpetuando a substituição do homem pela máquina, estendendo-se à contemporaneidade. Nesse contexto, surge à negação do trabalho em si, o capitalismo vai absorver a força de trabalho, ou seja, nesse processo o trabalho vivo é incorporado no momento que se produz a mercadoria.

Isso significa que a força de trabalho passa a ser mercadoria, quer dizer, “o mundo das mercadorias pressupõe uma divisão desenvolvida do trabalho, manifestada de forma imediata na diversidade dos valores de uso que se defrontam como mercadorias particulares e que encerram igual diversidade de gêneros de trabalho” (MARX, 2008, p. 41). Considerando as percepções de Marx, com a apropriação da força de trabalho, inaugura-se sua instituição social como forma-mercadoria, ou seja, ela constituirá o cerne da sociabilidade ocidental. Entende-se que a mercadoria determinará o desenvolvimento das relações sociais no processo de trabalho, portanto, ela potencializará o modo de produzir e reproduzir tomando para si as expressões da vida social humana.

Carece refletir que o capital diante da sociedade capitalista objetiva o lucro de toda riqueza socialmente produzida, espalhando-se sobre interesses somente de uma classe: a detentora dos meios de produção. Iamamoto (2015) ressalta, no atual ciclo do capital na sociedade contemporânea, o seu objetivo permeia interesses como retirar os direitos sociais, reduzir salários, estabelecer contratos temporários, entre outros. Em síntese, verifica-se que a sociedade capitalista é uma sociedade mercantil, determinando tudo pela lei do valor, transformando tudo em mercadoria.

Entende-se aqui a condição fundamental e fundante que determinará o modo de produção capitalista. Este modo se impõe sobre as distintas formas de trabalho, apropriando-se da compra e venda da força de trabalho do trabalhador. Diante disso, analisa-se que o trabalhador é mercantilizado, pois é liberado do controle dos meios de produção e do produto

de seu trabalho, ficando apenas com sua força de trabalho, que deve vender para o capitalista, o que ocorre via mercado.

A partir da divisão técnica e social do trabalho⁶, emerge a classe dos trabalhadores assalariados que surge como proletariado, sendo fundamental para o modo de produção capitalista. Diante disso, a classe dos trabalhadores assalariados perpassa por segmentos e frações, ou seja, “clivagens de gênero, étnicas, técnico-profissionais, e de qualificação” (ALVES, 2007, p. 88).

Analisa-se que atualmente existe toda uma camada de trabalhadores que não são necessários ao capital. Isto significa reduzir o valor da força de trabalho, ou serem submetidos a trabalhos precários, subempregos. Mediante estes aspectos estes trabalhadores jogados ao subemprego derivam do Toyotismo, ou seja, do trabalho flexível.

Sendo assim, a fim de aprofundar essas temáticas na próxima seção será abordado o processo de precarização do trabalho que se derivou no sistema do capitalismo global imbricado na crise estrutural do capital. Para tanto, pretende-se abordar o processo de transição do modelo de gestão do trabalho Fordista/Taylorista à Acumulação Flexível ou Toyotista, enfatizando os processos de reestruturação produtiva.

A TRANSIÇÃO DO FORDISMO/TAYLORISMO PARA A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL/TOYOTISMO E OS PROCESSOS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista instauram-se longos e lentos processos que buscam a regularizar a dinâmica produtiva do capital. Tais processos implicam em incrementar a produção material por meio de modelos de gestão do trabalho, buscando atender a expansão do capital. De fato, o que não eliminou as contradições inerentes ao capitalismo, ao contrário, as potencializou, vê-se isso no aumento da exploração e dominação da força de trabalho, na potencialização do estranhamento. Nesse caso, o capitalismo necessita de mutações para enfrentar suas crises estruturais para manter sua hegemonia. Através dessas transformações surgem os processos de reestruturação produtiva de modelos de gestão do trabalho, como o modelo fordista-taylorista com a perspectiva sócio-organizacionais e tecnológicas, que antecede o modelo toyotismo.

⁶ “Divisão sócio técnica e social do trabalho: é essa forma de organização do trabalho que torna possível a existência do valor. Este é uma relação entre pessoas, que assumem uma forma material (de produtos do trabalho) encontra-se relacionado ao processo de produção numa sociedade de produtores isolados e formalmente independentes” (IAMAMOTO, 2008, p.60).

Analisa-se que o modelo de gestão taylorista desenvolve-se pela autonomia dos trabalhadores determinando a separação de funções, no qual objetivava o planejamento e execução, visa à divisão e particularização de tarefas, o controle de tempo, tendo em vista ações para realizá-la. Esta forma de gestão, além de não ter interesse em capacitar o trabalhador para obter conhecimento para desenvolver-se na profissão, utilizava o controle de planilhas e cronômetros para monitorar o trabalhador, na questão de não desperdiçar tempo. Este modelo gerou impactos para o trabalhador, alienando-os e transformando a atividade de trabalho uma rotina cansativa. Como se observou no estudo, logo esse modelo se estagna sobre seus impactos no trabalho e o capital arranja outro incremento para substituí-lo, abrindo espaço para a gestão fordista.

O fordismo é um sistema de gestão e produção de trabalho proposto por Henri Ford no início do século 20, e possui algumas semelhanças com o taylorismo, como a separação entre planejamento e execução, e o trabalho fragmentado e simplificado que exige pouca capacitação por parte dos trabalhadores executores. De certo modo, eles perdem suas qualificações, que passam a ser incorporadas à máquina (FERREIRA, 2012, p. 19).

Com isso, o modelo fordista foi demarcado pela lógica do pleno emprego nas sociedades capitalistas avançadas, com a perspectiva de manter a cultura de consumo de massa e isso procede até findar-se esse modelo. As estratégias do fordismo visam o trabalho em massa no ritmo da esteira, o aumento da produção, diminuição de preços como alternativa para garantir o crescimento do consumo, buscando maiores lucros para os proprietários donos dos meios de produção. Para tanto, o consumo massivo propiciou as negociações de indústrias e sindicatos. A indicação eleva o poder de compra dos trabalhadores, o que resulta no incentivo de consumir mercadorias que são produzidas em grande escala.

A autora Iamamoto (2015) discorre que o fordismo não utiliza somente a força de trabalho na fábrica, interfere na reprodução das relações sociais, incidindo no modo de vida em sociedade, ou seja, a ideologia organiza a produção material como toda a vida social. Via intervenção do Estado, organizando a forma em que ocorre a organização da classe trabalhadora, dentro dos sindicatos, por exemplo, bem como na produção e consumo de massas de mercadorias. Ainda considerando essa autora, o Estado necessitava investir na meta

keynesiana⁷ do pleno emprego, pressupondo manter o padrão salarial, ou seja, na interferência de negociações de diversas categorias de trabalhadores, via intervenção sindical.

Nesse processo Guimarães; Rocha (2008, p. 25) referem que “o poder estatal, através das políticas sociais, ofertava alguns benefícios aos trabalhadores como: seguridade social, assistência médica, educação, etc, desde que, fosse uma estratégia para garantir a produtividade e o consumo em massa”. O objetivo é impulsionar a produção com a perspectiva de ampliar os mercados, na tentativa de preservar o poder aquisitivo da população, no intuito de dar condições ao consumo de mercadorias e expandir a economia. A partir deste contexto emerge fatores que levaram a crise do fordismo e taylorismo. Essas ocorrências na esfera estatal são consideradas um marco histórico no final de 1960 e início de 1970, eclodindo uma nova crise estrutural causada pela superacumulação do capital. Gaspar (1999) diz que tais fatores pautam-se sobre: a alta de produtos; a queda da taxa de lucros; a ampliação financeira; fragmentação das dívidas públicas, entre outros. Cria-se então uma fase de instabilidade e recessão.

Considerando o autor citado, entende-se que a busca de diversificar e secularizar investimentos causou a valorização do capital e a financeirização, pois este é o distintivo do padrão sistêmico da riqueza do capitalismo. Por consequência transformações expressaram a transição da reestruturação produtiva, na qual se investiu em novas tecnologias e na microeletrônica para executar os processos de produção. Antunes refere (2011) que o toyotismo diverge do fordismo, pois sua produção visa diretamente à demanda; a produção é variada, diferenciada, determinada para atender ao consumidor; na produção o estoque é mínimo; regula o tempo de produção, qualidade do produto, entre outros. Cabe salientar que a reestruturação é uma forma de organizar as empresas, influenciando o gerenciamento que reflete em três recursos: humano; financeiro e material. Resulta-se daí, uma nova fase a partir dos anos 1970, a acumulação flexível que envolve um incremento do capital para superar os modelos anteriores taylorista/fordista que organizavam as empresas.

Esse processo, impulsionado pela tecnologia de base microeletrônica, pela informática e pela robótica, passa a requerer novas formas de estruturação dos serviços financeiros, inovações comerciais, o que vem gerando e aprofundando uma

⁷ “Para o Estado cumprir a meta keynesiana, foi necessária rigorosa administração dos gastos governamentais, da economia. Assim, a implementação de uma rede pública de serviços sociais é parte da chamada regulação keynesiana da economia, uma das estratégias de reversão das crises cíclicas do capitalismo no pós-guerra” (IAMAMOTO, 2015, p. 30).

enorme desigualdade do desenvolvimento entre regiões, setores etc. (IAMAMOTO, 2015, p.31).

Observa-se que a robótica levou ao aumento do desemprego, pois elevou a necessidade de trabalhadores cada vez mais qualificados. Isso resulta no desemprego estrutural e subempregos para aqueles que não possuem a qualificação necessária. Para Antunes (2011), é nesta fase de produção que o toyotismo se confronta diretamente pela rigidez do fordismo. No entanto, é visível que a flexibilidade se imbrica nos processos de trabalho, exigindo cada vez mais do trabalhador, além de influenciar os mercados de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo. Ao refletir sobre as características da acumulação flexível, nota-se que são distintas, pois surgem em setores de produção inovadores, bem como: as ofertas de serviço, taxas, tecnologia, etc. Com isso emergiu as formas industriais novas, integrando-se a uma rede de subcontratação com vistas a ampliar a flexibilidade.

A partir dessa concepção, observa-se que, esse modelo trouxe consigo a acumulação flexível um modo necessário para manter a forma de produção, assim como a reprodução, seguido da acumulação capitalista. Nesse caso, gera-se o marco histórico no mundo do trabalho, como o desemprego, a exclusão social e a desigualdade (GUIMARÃES; ROCHA, 2008, p 26).

Diante disso, entende-se que esse modelo é um novo empreendimento capitalista, detentor de uma produção flexível sobre diversos elementos, por exemplo, contratação pela qualificação do profissional, temporários, terceirizados, pagamentos e gratificações flexíveis, entre outros. Todavia, também oferta outras formas de trabalho, como: teletrabalho, intermitente, ente outros. Outra forma vista como principal envolve a captura da subjetivação do trabalhador, a partir do incentivo da cooperação, da pró-atividade. Estas ações de incentivar o trabalhador pressupõe o desempenho na operacionalização de máquinas, buscando a produção de valor com eficiência.

A partir das mudanças no mundo do trabalho o Estado revela outros contornos, passando a assumir propostas de um projeto de ideologia neoliberal, tornando-se uma esfera baseada na ideia de Estado mínimo para o social. Essa lógica busca atender os interesses do mercado financeiro, grupos do empresariado da classe dominante que visam à subordinação dos trabalhadores assalariados. O incremento de acumulação flexível é uma forma de fortalecer os interesses deste projeto neoliberal, sobre a égide da acumulação do capital, de contrapartida busca sua hegemonia aprisionando corpo e mente do trabalhador. Isso inclui

homens, mulheres, inclusive a população infanto-juvenil que é explorada através do trabalho infantil.

Na atual conjuntura presencia-se uma sociedade estática, capturada de tal forma que se vive a margem do retrocesso, retratado pelas constantes retiradas das políticas sociais e dos direitos constituídos por Lei. Esse processo não se dá somente no Brasil, situa-se em escala mundial. Para tanto, enquanto a acumulação flexível encontra contornos para organizar o processo produtivo dos mercados e dos produtos, o neoliberalismo fragmenta as relações da sociedade e do Estado.

Diante disso, ilustram-se as “inovações” que marcam um novo processo de reestruturação na organização do trabalho: no processo produtivo flexível o trabalhador opera uma máquina para diversas atividades – polivalência – para atender o mercado em questão de tempo e qualidade. Inaugura à figura do trabalhador polivalente, a era da automação que necessita de um trabalho mais qualificado, ou seja, trabalhadores multifuncionais.

Na atual conjuntura, diante das novas configurações do mercado, agora mais volátil, competitivo e com estreitas margens de lucro, o enfraquecimento do poder sindical deu margem a contratos de trabalho mais flexíveis, repercutindo em extenuantes jornadas de trabalho, diminuição da estabilidade no emprego e um considerável aumento do trabalho parcial ou temporário (SILVA, 2013, p.8).

Mediante a explanação do autor, identifica-se que essas transformações e reestruturações trouxeram novas características que modificaram o mundo do trabalho, entre elas a alienação, a coisificação, o consumismo, individualismo, desemprego estrutural, precarização do trabalhador, entre outros. Em suma a precarização do trabalho desvaloriza tanto o trabalho especializado quanto o próprio trabalhador, imprimindo vários processos de terceirização, com formas de subordinação, padronização, subsumindo a força de trabalho livre para atender as necessidades do capital. Importante referir que “[...] a precarização é um processo que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho [...]” (ALVES, 2007, p.114).

Reflete-se que esses acontecimentos causam uma situação de emergência, insegurança e desgaste na sociedade e, principalmente, aos trabalhadores em geral. O panorama da sociedade capitalista é pautado de constantes retrocessos e muitos condicionamentos que interferem na vida da população que vive a margem da pauperização e são beneficiários dos recursos da política da assistência social. Diante disso, constata-se ocorrência de vários cortes

nos serviços, programas, projetos, fortalecendo a flexibilização instaurada desde os anos 1970 nas economias capitalistas.

Desse modo, evidencia-se a ampliação da voga tecnológica, automação que incrementa o trabalho em busca de qualidade, transformando o ser humano em trabalhador polivalente. Com destaque à era da mundialização financeira, a globalização, o fetiche do consumo meio às inovações de acordos com países internacionais. Na esfera da produção esse incremento tecnológico corresponde à inserção de produtos denominados como descartáveis, o que se distingue do padrão fordista o qual pressupõe a produção em série e em massa de bens duráveis. Percebe-se que a crise se inova a cada período, transcende e interfere no modo que a sociedade se organiza, traçando novos desafios e disparidades aos trabalhadores.

A cada crise se desenham contornos profundos que rebatem na organização das instituições, assim como atingem as atividades de trabalho dos trabalhadores e não somente isso, exige-se cada vez mais do trabalhador, explorando-o e delimitando a vida de todos. Não esquecendo o condicionamento mental e físico que leva, muitas vezes, ao adoecimento do trabalhador. Em síntese, o conjunto dessas transformações – reestruturação produtiva – produzem rebatimentos no campo social que se materializam, por exemplo, no desemprego estrutural, fragilização sindical, desigualdades sociais de gênero, raça e etnia, adoecimento, ampliação da pobreza, etc. Estas mudanças atingem a população, gerando um exército de trabalhadores excedentes. Estes são realocados para os serviços terceirizados e afins, sem quaisquer vínculos empregatícios, ou direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões apresentadas neste artigo, mensura-se a relevância do trabalho para o desenvolvimento da humanidade e do mundo do trabalho social, visto que o trabalho configura-se na medida em que o ser humano necessita criar seus próprios meios de trabalho para sobreviver. Para tanto, com o desenvolvimento de seus atributos, considerado um salto ontológico que diverge de outras espécies, o homem passa a interagir, ocorrendo assim à cooperação social.

Logo surgiu a forma mercadoria e do dinheiro, deflagrando a sociedade tradicional. Isso resulta no estranhamento do mundo do trabalho e das relações sociais. Todavia, a cada etapa da evolução da sociedade, geraram-se formas determinadas de trabalho. Por exemplo, o trabalho escravo representa este processo. Este ao mesmo tempo em que era estranhado,

difere do trabalho livre assalariado, pois no primeiro o que era vendido é o trabalhador em si mesmo, já no segundo o trabalhador vende sua força de trabalho. A evolução trouxe consigo a divisão hierárquica de trabalho, a propriedade privada, o Estado político e as classes sociais.

Em meio ao sócio-metabolismo estranhado ocorre à assunção da sociedade burguesa, a qual passa a determinar as relações na divisão hierárquica do trabalho e no Estado político. Constata-se nesta transição o controle do trabalho livre assalariado, o homem perde o domínio do processo de trabalho. Configura-se, assim, o sistema metabólico do Capitalismo, com a apropriação do trabalho vivo pelo trabalho morto, quando o homem passa a vender sua força de trabalho para o capital.

O capitalismo busca o excedente para extrair o lucro, mercantilizando o trabalhador, estabelecendo as relações sociais, via mercado, sob a lei da oferta e procura. Este sistema busca incrementos de gestão de controle de produção que precarizam o mundo do trabalho, visto na atualidade como acumulação flexível. Verifica-se que a precarização do trabalho ocorre via as crises do capitalismo, o qual cria mecanismos para extrair o lucro e a produção. Para tanto, exige-se um trabalhador polivalente, qualificado, expandindo a estrutura do desemprego, a subcontratação, a terceirização, teletrabalho, intermitente, entre outros.

A partir desta reflexão verifica-se que a classe assalariada que vive do trabalho não se vê diante do processo dinâmico do capital, no qual mantém a apropriação e o controle dos meios da produção e do trabalho. Assim, é de suma importância que este estudo desperte interesse para que se reflita a complexidade do processo de precarização. Pressupõe-se que a partir de conhecimentos críticos a classe trabalhadora poderá fortalecer as bases para construir possibilidades de luta e resistência a qualquer forma de exploração e opressão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho / Giovanni Alves. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo, 1953. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho / Ricardo Antunes. – 15. ed. - São Paulo : Cortez, 2011.

FERREIRA, José Wesley. **Sociologia do trabalho**. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. – 52 p. – (Coleção educação à distância. Série livro-texto).

GASPAR, Ricardo Carlos. **O avanço da internacionalização do capitalismo contemporâneo**: um ensaio de interpretação crítica da globalização. PESQUISA & DEBATE, SP, volume 10, número 2 (16), 55-87, 1999. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/viewFile/11919/8629>>. Acesso: 30 de Outubro de 2017.

GUIMARÃES, G. T. D. & ROCHA, M. A. M. **Transformações no mundo do trabalho:** repercussões do trabalho do assistente social a partir da criação da LOAS. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 7 n.1 p. 23-41. jan. / jun. 2008. Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/3936/3200>>. Acesso em: 29 de Outubro de 2017.

IAMAMOTO; Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social / Marilda Villela Iamamoto – 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche :** capital financeiro, trabalho e questão social / Marilda Villela Iamamoto. – 4. ed. – São Paulo : Cortez, 2010.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo, Cortez, 2015.

MARX, Karl, 1818-1883. **Contribuição à crítica da economia política / Karl Marx;** tradução e introdução de Florestan Fernandes. -2.ed. - São Paulo : Expressão Popular, 2008. 288p.

SILVA, Elaine Cristina da. **Transformações da essência do trabalho na era do capital:** algumas considerações acerca do trabalho no modo de produção capitalista. Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, de 22 a 24 de Agosto de 2013. Florianópolis / SC.